

Pauta: Situação do terreno localizado na Rua Tamandaré, ao lado do nº 1020, Bairro Cristal

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h16min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. (Início da reunião sem gravação.) ...no terreno localizado na Rua Tamandaré, ao lado do número 1.020, também da Rua Nossa Senhora de Aparecida, que dá acesso à comunidade da Resbalo. Para tratar deste tema, nós convidamos algumas secretarias, eu já vou chamando para compor a Mesa conosco. Conosco é ótimo, não é? Parece que eu estou com várias pessoas aqui! Queria chamar a representação da Secretaria de Administração e Patrimônio, Sr. Douglas; representação do DMLU, Sr. Marcos; representação da Procuradoria-Geral do Município, Sr. Nelson Marisco; do Departamento de Habitação, Sra. Mariene; da Secretaria de Habitação, Sra. Valesca; da Secretaria de Meio Ambiente, Sr. Rafael; e do DMAE, Sr. Caetano. Na Câmara de Vereadores, desde sexta-feira, em consequência das chuvas, a gente estava sem sistema, a Câmara não funcionou, mas a reunião foi convocada. É importante colocar, até para ficar nas notas taquigráficas, foi convocada, e a gente espera a presença do restante dos vereadores que compõem esta comissão.

Por gentileza, tem como passar o vídeo pra nós?

(Procede-se à apresentação.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Acho que boa parte de vocês já deve conhecer a realidade do terreno, não é uma novidade no Município. Acho que, em 2014, o terreno foi destinado para construção de moradia popular. Lá atrás, tem a comunidade da Resbalo, o campinho, isso daí é bem um registro de quando chove, que o campinho fica completamente alagado. Ao lado aqui, essa rua, a Rua Nossa Senhora, uma rua sem asfalto, sem iluminação, sem drenagem. Recentemente, no ano passado, bem ali na entrada dessa localização, teve o desentupimento de um bueiro do DMLU nesse terreno, que a

informação que a gente tem é que é uma Área de Preservação Permanente. Tem um arroio, que é o arroio Cavalhada, que passa por baixo e desemboca no Guaíba. É uma área bastante alagadiça, tem bastantes dúvidas em relação aos moradores se o terreno é próprio, ou não, para construção, visto que, desde 2014, era para ser uma das obras de acolhimento das pessoas que foram removidas da comunidade da Tronco, das obras que foram feitas no entorno da Resbalo, moradia popular. Desde então, a gente não teve nenhum tipo de encaminhamento em relação a isso. Em 2020, eu fui com uma equipe do DMAE... Essa é atual situação hoje, se vocês forem lá, esta é a atual situação: é foco de lixo, acúmulo de lixo. Não é lixo que é trazido pelos catadores, tem famílias de catadores que moram bem ali na entradinha da Nossa Senhora, mas, pelo que a gente conversa com os moradores, com a recicladora, com o pessoal do condomínio, tem carros, veículos que vêm de outras regiões e colocam lixo ali. Não é só uma questão dos recicladores que moram no entorno da comunidade da Resbalo. Já conversamos com o síndico no sentido de tentar virar a câmera do condomínio um pouco mais para perto da entrada do beco, para a gente tentar minimamente contribuir na fiscalização. Só que aqui também há um lugar de disputa de tráfico, já teve assassinato dentro dessa rua, já teve algumas questões aqui, então, está abandonada pelo poder público e poucas pessoas querem se envolver nisso. Em 2020, eu já fazia parte da comissão, fomos com uma equipe do DEMHAB – na época, era o Nelsinho que trabalhava no DEMHAB –, com a SMAMUS, fomos lá fazer uma fiscalização da área, fazer um levantamento em relação ao projeto. Trouxeram a planta com a ideia do que ia ser construída ali em cima, isso em 2020. Em 2020, a gente começou a tratar também com diretor Paulo sobre a instalação de, não é uma UDC, tem um outro nome, e aí a gente ficou justamente nessa tratativa: olha, enquanto não tem recurso por parte do BNDES para a constituição dessa obra, que é quase uma lenda urbana na cidade de Porto Alegre, por que é que a gente não instala um equipamento público ali para mitigar essa situação do lixo? Porque tem comunidade carente, tem recicladores, já é um lugar que moradores de outros bairros, pessoas de outros bairros vão despejar os seus lixos. Isso começou, de

certa forma, a andar dentro de um processo SEI, *a priori*, o terreno era da Administração e Patrimônio, depois, em algum momento, foi colocado que seria de posse da do Departamento de Habitação, e nisso o DMLU não conseguiu fazer a instalação do equipamento; chegaram a colocar até um contêiner ali pra minimamente tentar dar o *start* para essa vontade política de mitigar essa situação, só que o projeto não conseguiu sair do papel. Na última conversa que eu tive com o diretor do DMLU, disseram: “Hoje a gente não tem uma autorização por parte do Executivo para instalar o equipamento ali”. Ao mesmo tempo, a gente não tem o recolhimento de lixo, e é um trabalho que não faz muito sentido, é como a patrolagem em dia de chuva, fazes para amenizar a situação, mas sabes que na próxima chuva vai ter buraco de novo. A situação do acúmulo de lixo – aqui está o fiscal da SMAMUS, depois eu passo para te colocares também – é recorrente, e a gente precisaria minimamente pensar sobre isso, qual é a possibilidade do Município de dar o encaminhamento à instalação dessa UDC, para minimamente a gente tentar contribuir para diminuir esse foco de lixo.

Queria saudar a presença aqui do Ver. Sgarbossa, da Ver.^a Fernanda Barth, do Ver. Jessé, vereadores que compõem esta comissão. Jessé, se quiseres se posicionar na Mesa, estás convidado.

Então seria essa a situação da Rua Tamandaré, do terreno, e agora gostaria de passar para os nossos representantes das secretarias para a gente conseguir levantar essas informações: o terreno é de quem, é de posse de quem e como a gente consegue avançar na instalação dessa unidade de Destino Certo para essa reciclagem minimamente acontecer em conjunto com os moradores? O que vocês têm a nos colocar em relação ao projeto que foi feito para instalação de moradia popular, o pessoal do DMAE tem condição de executar projeto em cima dessa área, visto que tem um arroio que passa por baixo? É uma área extremamente alagadiça, são várias questões que foram ficando ao longo desses dois anos da primeira visita da comissão lá que eu acho importante a gente retomar, até pra ficar tudo registrado nas notas taquigráficas.

Vou passar de imediato pra SMAP; sempre se apresentem e o órgão que representam para ficar o registro nas notas taquigráficas, por gentileza. O Sr. Douglas está com a palavra.

SR. DOUGLAS SCHMATZ MALLMANN: Bom dia, eu sou engenheiro da área de patrimônio. Aquele imóvel é um imóvel próprio municipal, a gente chama de um complexo de mais imóveis, são vários imóveis que foram desapropriados na época do Pisa, o projeto Pisa teve seu contrato finalizado, mas houve a destinação daquele espaço para o programa do Pró-Moradia. Eu lembro ainda de cabeça que a área mais de frente para a Rua Tamandaré, se não estou enganado, ainda tem um termo de sessão de uso vigente para o DMLU, onde ele faria a instalação de uma UDC. Esse é o acontecimento que a gente tem conhecimento de momento, teria que ver no processo SEI se esse termo de sessão de uso continua vigente ou se ele já foi revogado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Era um terreno da SMAP, e continua sendo um terreno da Administração e Patrimônio, apesar de estar destinado para moradia e tem, *a priori*, um termo de sessão de uso no processo SEI.

A Procuradoria Geral do Município tem alguma atualização, por gentileza?

SR. NELSON MARISCO: Bom dia a todos, nós pesquisamos para a audiência de hoje qual seria a questão, e a gente acabou verificando a existência desse imóvel, mas como isso que a gente está tratando, pelo que eu vejo, é uma decisão de gestão, não chegou nenhuma demanda específica para a Procuradoria, em que a Procuradoria tivesse que dar um parecer ou estabelecer algum procedimento judicial a respeito. É claro que estamos à disposição para auxiliar e encaminhar inclusive alguma solução nesse sentido, dentro das nossas possibilidades.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Nelson. Queria passar para o DEMHAB, depois para a Secretaria de Habitação, para ver se, por parte do

departamento, tem algum óbice em relação a esse termo de sessão de uso para o DMLU, como está a perspectiva de constituir aquele espaço para moradia, o que vocês têm de novo para nos trazer.

SRA. VALESCA RONCATO: Bom dia, sou engenheira do DEMHAB. Nós temos aqui alguns documentos, inclusive um processo SEI, de que havia sido uma sessão de uso para o DMLU fazer o processo da unidade, mas, por algumas situações, eu acho que o procedimento não foi complementado, se solicitou, então, a retirada, porque estava dando problemas lá, aqueles dois contêineres sem o procedimento completo. Então, o que nós temos para apresentar? A área – nós estamos com projeto, os projetos estão em conclusão, estão sendo aprovados, terminando as análises na Caixa, para a gente começar o processo de licitação. Então, na verdade, os projetos já estão praticamente completos, faltando a parte de orçamento, análise para contratação das obras. Então, para os Tamandarés, a nossa ideia é uma previsão de início de obra para janeiro ou fevereiro do ano que vem, dependendo do processo licitatório.

SRA. MARIENE VALESAN: Bom dia, meu nome é Mariene, eu sou arquiteta do DEMHAB. Só complementando a fala da Valesca. Esses projetos que estão previstos ali pra região estão no escopo de um programa de financiamento chamado Pró-Moradia do governo federal, em que se prevê a execução de 540 unidades habitacionais para, justamente, atender às famílias que estão junto ao arroio Cavalhada, e também famílias ali da região que estejam em situação de vulnerabilidade social ou risco hidrológico. Então, o DEMHAB fez o movimento de aproveitar os projetos e o trabalho que já tinham sido iniciados durante o Pisa, que realmente concluiu, em torno de 2017 e 2018, o financiamento que existia com o BID para execução desse projeto. Conseguiu, com sucesso, ser selecionado pelo Pró-Moradia para continuidade das obras, especificamente de três condomínios, que são o Condomínio Claudino, Tamandaré I e Tamandaré II. Esse terreno, especificamente, se refere ao Condomínio Tamandaré II. O Tamandaré II tem previsão de execução de 180 unidades habitacionais.

Desde.2019, 2020, a gente está num movimento lá no DEMHAB de manter esse financiamento ativo, fazendo todos os esforços para que a gente consiga apresentar os documentos para Caixa, e que esses documentos sejam aprovados. Esse é o nosso esforço diário lá no departamento nos últimos tempos. A gente está, de fato, finalizando essa etapa, o que nos daria a aprovação para que as obras pudessem ser iniciadas, que o processo licitatório das obras pudesse ser iniciado. O que eu tenho a dizer também para contribuir: se existe essa possibilidade de a gente fazer essas obras lá por conta de um possível risco hidrológico, é que esse assunto foi amplamente debatido quando o projeto foi reprovado na Comissão de Análise e Aprovação da Demanda Habitacional Prioritária – Caadhap. E inclusive a gente teve um debate com o DMAE em relação a isso. Sobre isso saiu um compromisso do governo, da Prefeitura, de executar, tão logo as famílias sejam reassentadas nos condomínios, as obras que estão previstas de macrodrenagem, junto ao arroio Cavalhada.

SR. CAETANO COELHO SILVA FRAGA: Bom dia a todos, sou o Caetano, engenheiro do DMAE. As obras que o DEMHAB estava falando seriam a canalização do a arroio Cavalhada até pouquinho antes do Passo Fundo, projetos de macrodrenagem e também o dique. Então, com a conclusão dos condomínios pelo DEMHAB, vai ter frente de obra para conseguir executar essa parte do arroio. Basicamente é isso.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada Caetano, todo mundo bem sintético, adoro. (Risos.) Mas é isso, eu acho que sobre as a construção das moradias tem essa previsão, então, para 2024, fevereiro, a gente dá início as contratações as obras. SMAMUS e DMLU, emergencialmente o que a gente consegue trazer para tentar mitigar essa situação? Para além da manutenção que o DMLU faz, eu acompanho, semanalmente o DMLU está lá fazendo a limpeza do lixo, mas é isso assim: o que a gente consegue produzir para tentar evitar que essa situação se acumule?

SR. MARCO SALINAS: Bem, vereadora, nós caminhamos junto lá e tentamos instalar aquela UDC. Colocamos os contêineres como forma de marcar o terreno e já abrir uma perspectiva dentro daquilo que a gente estava trabalhando ali. Houve esse recuo por parte do DMAE, que ia começar as obras, tudo. Então o material foi retirado; era um material próprio do DMLU. E começamos a trabalhar em cima do projeto da UDC da Av. Wenceslau Escobar, que seria a mais próxima. E agora também, pelo movimento dos moradores do condomínio do lado, foi suspensa essa instalação da UDC. Agora estamos numa nova tratativa, procurando um novo terreno dentro da aquela região, pra que seja instalada UDC ali. Chega a ser irônico, uns querem a UDC, outros não querem a UDC, a gente sabe da importância da UDC para a região ali, desde a falta daquela da Av. Diário de Notícias, mas ali é um problema porque a gente ficou de mãos atadas dentro do DMLU, a gente até começou, fez a limpeza da área... Desculpem por eu fazer um aparte, mas, de certa forma, a comunidade, como um todo, também não ajudou. Você é testemunha de que aquela área foi bem limpa, foi feita uma poda por baixo, foi limpa, foi colocado lá, mas, infelizmente, houve um recuo nessa situação e hoje o DMLU não vê como instalar uma UDC ali. Até porque uma UDC demanda de alvarás da SMAMUS, de toda uma de uma estrutura que tem que ser colocada lá, de funcionários, tem esse dispêndio todo, que até para o início das obras não seria concluído. O que eu posso adiantar é que estamos numa tratativa próxima de um terreno para criar uma UDC ali. Esse é um ponto fundamental que tem que se ter em mente: vai ter uma UDC na região. Houve um recuo, agora, por parte dessa da Av. Wenceslau, mas tão logo seja localizado um outro próprio público ali, vai ser colocada uma UDC. O projeto já está pronto, o projeto já foi desenvolvido, inclusive é uma oportunidade em que se vai colocar uma UDC modelo, praticamente sustentável, a educação ambiental vai atuar também de maneira fixa dentro da UDC, como forma de auxiliar a comunidade no seu descarte ali, para haver uma proximidade maior com isso. Mas isso ainda está em projeto de desenvolvimento. Falta a área. Naquela região ali falta a área.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Marco, sempre presente ali na região. Queria passar a palavra para o Rafael, fiscal da SMAMUS. O que tu podes me dizer dos crimes ambientais, hoje, olhando para esse vídeo? Quantos crimes a Prefeitura, o Município vem cometendo, ao deixar a situação desse jeito?

SR. RAFAEL VOGT: Bom dia. Meu nome é Rafael, sou da fiscalização da SMAMUS. Bom, essa situação de resíduos aqui em Porto Alegre eu acompanho há muitos anos já. Eu estou há 11 anos na Prefeitura, mas já venho lidando com essa situação de resíduos desde 2004. Normalmente, o que a gente presencia, não só nessa vila de moradores, mas em todas as outras do Município, espalhadas, que têm a característica de catadores? Normalmente, grande parte trabalha na catação de resíduos, com carrinhos ou carregando nas costas, enfim, de diversos modos, e quando eles chegam nos locais de moradia, o que eles fazem? Eles triam, os sacos normalmente... Bom, há algumas diferenças de coleta de resíduo em Porto Alegre. Existe a coleta irregular, que são alguns carros, caminhões, Kombis que ficam circulando na cidade e coletando os resíduos recicláveis que os moradores dos bairros, em geral, colocam na calçada, à disposição da coleta municipal. Então, eles, tipo, não é que eles roubem o resíduo do Município, mas eles coletam de forma irregular, porque, na verdade, era para o Município coletar e levar para as unidades de triagem, e, naquelas unidades de triagem cooperadas, que é uma cooperativa, eles terem o filé dos resíduos, que tem um maior valor agregado. Bom, essa coleta irregular acaba acontecendo porque esses resíduos têm um bom valor agregado. E eles levam, então, para alguns lugares na cidade. Chegando lá, eles começam a separar. E ali normalmente eles pegam, nas ruas do Município em geral, o saco cheio; eles não vão pegar só o alumínio, só o PET, só resíduos que têm maior valor. Então, eles pegam os sacos sem abrir, jogam – aí vocês vêm, todos aqui já devem ter presenciado, em algum momento – nas Kombis, que ficam abarrotadas de resíduos. Bom, e quando essa Kombi ou o caminhão chega na periferia, o que acontece? Lá eles descarregam e começam a triar. O que tem

valor agregado eles armazenam nas suas casas, os catadores. O que não tem valor agregado acaba tendo exatamente esse destino; eles acumulam nas entradas das vilas à espera que o Município faça a coleta, a remoção, que é bem esse o caso. Em alguns outros locais, eles também armazenam em *bags*, a gente tem algumas vilas, por exemplo, aqui da Planetário, eles armazenam os *bags* na rua. Como os terrenos são muito pequenos, eles não têm um pátio pra conseguir armazenar dentro do pátio, alguns até têm, outros não, então eles armazenam em *bags* e ficam armazenados – aí o resíduo com valor comercial – na rua. Esse fica à disposição deles para que eles acumulem até o momento em que eles vão comercializar para algum atravessador, enfim, porque eles não têm como armazenar em maior quantidade. E o restante que não tem valor comercial, esse é o fim. Isso aqui se reflete pra todos os bairros da cidade, em algum ponto dos bairros a gente vai se deparar com essa realidade. Aí eu não posso dizer que isso é um crime ambiental, claro, pela legislação, sim, essa deposição acontece em beiras de arroios, não estou comentando nesse ponto, mas em outros pontos, porque, na verdade, a gente precisa discutir isso aqui não como um ponto isolado, mas como um projeto do Município, para o Município inteiro, porque isso acontece em todos dos bairros. Em algum ponto de algum bairro, a gente vai encontrar isso aqui.

Desculpem eu me alongar, mas isso é um problema complexo, não entra como uma questão de crime ambiental do Município ou não, e não só uma questão de educação. Claro, a gente precisa trabalhar com a educação ambiental nas escolas, nas empresas, em vários lugares, em todos os momentos, mas vamos tentar resumir aqui, para vocês terem ideia da complexidade dessa situação, deste caso. No momento em que for construído o condomínio, ele vai receber os moradores dessa vila Qual a atividade dos moradores dessa vila? A maioria trabalha na coleta de resíduos. Esses moradores vão ter uma sacadinha, digamos dentro desse apartamento. Eles não vão conseguir levar os resíduos lá para dentro. Hoje eles levam... não sei se todos conhecem esse local, mas eles têm um pátio pequeno em algumas casas, e eles depositam nesse pátio todos os resíduos que eles conseguirem triar e ficam armazenando ali até

comercializar. No momento em que eles saírem dessa casinha – e hoje, com todos os problemas que eles enfrentam de alagamentos, “n” problemas, acredito que sejam da ciência de todos – até para tentar resumir, no momento em que eles forem para dentro de um apartamento, onde eles vão armazenar o resíduo que eles comercializam hoje? E eles vão viver disso depois. Não é porque eles vão ganhar um apartamento que, simplesmente, a vida vai virar um espetáculo e eles não vão mais precisar resíduos. Eles vão continuar coletando resíduos. E onde eles vão armazenar o resíduo bom, que eles vendem, e o resíduo ruim que eles separam? O que vai acontecer depois, até por experiência em outros lugares em que isso já aconteceu... (Problemas técnicos no som.) É o que eles não vendem. O que não tem valor agregado eles separam daqueles sacos misturados, aí eles pegam o bom e armazenam dentro da área das casas, e o resto que não tem valor comercial eles acabam tendo que colocar em algum lugar. Normalmente, é no acesso das vilas, ou beiras de arroios, ou áreas de banhados. Vamos pegar a Ilha Grande dos Marinheiros, vocês entrando na Ilha Grande dos Marinheiros tem um banhado enorme ali atrás, e o que acontece? Todo esse rejeito é disposto dentro do banhado, posteriormente vêm os resíduos da construção civil irregulares, porque eles têm que ter um manifesto de transporte de resíduos da construção civil, e esse resíduo tem que ter um destino correto. O que acontece? Como eles não destinam corretamente, eles colocam nas áreas de armazenamento irregular. Então, eles estão literalmente jogando um tapete por cima dos resíduos dos catadores, que não serviram para venda. Para vocês terem uma ideia da dimensão do problema complexo.

Para finalizar, no momento em que eles forem para o condomínio habitacional, eles vão fazer essa triagem no entorno do condomínio, porque eles não têm outro lugar para fazer, eles vão armazenar o resíduo para venda em algum lugar que nós não vamos saber, porque, dentro do condomínio, provavelmente... Pode acontecer como na vila dos papaleiros, ali da Av. Voluntários da Pátria, de repente, mas ali eles ainda têm um patiozinho, no condomínio vertical, eles não vão ter esse pátio. Então, eles vão começar a fazer dentro do condomínio, a maioria vai fazer isso. Aí tu favoreces questões de tráfico de drogas, uma série

de coisas que estão envolvidas no mesmo bolo, entendes? Esse é um planejamento que está mais do que na hora de o Município, como um todo, pensar numa área de armazenamento que consiga armazenar resíduos em grande quantidade para comercializar para a indústria e pesar isso como se fosse um *ticket*: toda vez que o catador entrega... Aí eu vou pensar numa solução já, apresentando uma solução, digamos, para quem vai morar num condomínio desses. Ele vai viver disso. Então ele entregaria ao Município, o Município pesaria, acondicionaria, comercializaria, venderia sem atravessadores, o que vai gerar renda maior pra todos esses catadores, entende? Só que é uma coisa que o Município tem que dar uma assistência. Acho que já passou da hora do Município fazer a venda nos olhos e ficar sempre partindo para a fiscalização no aspecto de autuação, de caça às bruxas, está na hora da gente ajudar esse povo, de forma planejada, a fazer a coisa acontecer, de fato, como um País desenvolvido, eu acho que é isso. Se eu posso contribuir, é isso aí.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Já ouvimos as representações das secretarias, é de praxe, então, agora, a gente ouvir os vereadores e o público que está presente, para pensarmos um encaminhamento para isso que foi colocado. Acho que o nosso fiscal já trouxe elementos que dialogam com a vontade de ter a moradia ali e ao mesmo tempo a gente tem problemas que a gente não vai resolver simplesmente instalando. Até a família dos recicladores ali, a Lisiane, são pessoas que vieram depois do projeto de 2014. É um pessoal que está há uns quatro anos na comunidade, então tem as pessoas mais antigas que moram ali e tem esse pessoal que veio agora, como os moradores mais antigos registrados no cadastro do DEMHAB, que estão esperando os apartamentos, há décadas. Tem um pessoal mais antigo e tem esse pessoal que chegou agora, que são os recicladores, e eles já colocaram uma resistência em relação a isso. Nós não temos como morar em apartamento. A Lisiane é uma pessoa que já foi contemplada pelo Minha Casa, Minha Vida, lá na Cohab Cavalhada, e pelo regramento do DEMHAB ela não teria direito também a permanecer aqui, e ela justamente saiu da Cohab Cavalhada pela questão do

tráfico. Então, são problemas que estão se acumulando ali na região que eu também não acho que só a instalação da moradia vai resolver. Imediatamente, eu acho que a gente tem que ter a limpeza da área, porque vocês estão vendo como é que está a situação. Tem criança que mora ali, tem idosos que moram ali, pessoas com deficiência, tudo aqui na entradinha da Rua Nossa Senhora. O que a gente pode imediatamente qualificar na região para melhorar a vida deles? Essa é a nossa vontade, há dois anos. A nossa tratativa com o DMLU, infelizmente, agora, pelo prazo, não tem como instalar a UDC, e eu acho que o projeto está pronto, já está em fase de contratação da obra. Eu acho que isso tinha que ter sido pensado dentro dessa construção, desse processo, porque não é uma novidade no Município o terreno, não é uma novidade o acúmulo de lixo ali, e agora estamos com uma situação que não vai resolver. Simplesmente a instalação da moradia ali não vai resolver o acúmulo de lixo, pela tua experiência, pelo que tu estás nos trazendo. O que a gente poderia pensar para resolver isso?

SR. MARCO SALINAS: Nós temos um bom exemplo agora, que é o Condomínio Irmãos Maristas. No Condomínio Irmãos Maristas está sendo criada uma unidade de triagem, dentro do condomínio, exatamente para resolver esse tipo de questão. Então, o que falta nisso? É lógico que um apartamento não vai resolver, mas se olhar pelo desenvolvimento econômico, é perfeitamente viável se criar uma unidade de triagem, mas uma unidade de triagem também não se cria a bel-prazer, porque o DMLU também não produz o suficiente. Hoje nós temos 18 unidades de triagem com contrato com o DMLU, 16 que recebem repasses do DMLU. Somos um dos melhores índices do país, apesar de sermos baixo, 4,5% do nosso resíduo é seletivo. Temos um potencial ainda enorme, coletamos em torno de 1.100, 1.200 toneladas/dia, com potencial desses 1.200, de 300 toneladas terem o potencial reciclável. Quanto à questão do Município tomar partido, eu acho que nem tanto ao céu, nem tanto à terra. Hoje, as nossas unidades de triagem são autogestionáveis, são associações, são cooperativas, elas recebem o resíduo e comercializam da sua melhor maneira. O DMLU não

tem ingerência em cima disso. A única ingerência que tem o DMLU é entregar o resíduo em quantidade suficiente para eles e se responsabilizar pelo rejeito, que é exatamente o que tem valor venal. Damos a correta destinação. Ilha Grande dos Marinheiros – já faz uns dois anos que a gente está fazendo um trabalho muito forte lá com a Defensoria Pública, com o Ministério Público. Hoje a maioria dos informais, a gente costuma chamar de informais, está recebendo resíduo da coleta seletiva na sua casa, e nós estamos tirando o rejeito, como forma de tentar organizar aquela comunidade, mas levou muito tempo para a comunidade se organizar em torno disso aí. A gente tem outros problemas no meio do caminho. Se tu pegares toda essa comunidade e tentar organizá-la numa cooperativa, numa associação, vai ser muito difícil – tem o problema da drogadição, tem o problema de saúde pública, você tem o problema de quem não quer seguir regra nenhuma: “Eu faço o que eu quero e acabou.” Mas, infelizmente ou felizmente, vejo que o poder público pode contribuir à medida que a gente tem... Educação nas escolas, têm. Nesses três anos de governo, posso te dizer, porque eu percorri todas as escolas, com palestras em três níveis, primeiro com os funcionários, depois com os professores, para depois chegar nos alunos, organizamos o Plano de Logística Sustentável – PLS, que está sendo implementado dentro da Prefeitura, é um dos frutos de trabalho do DMLU também. A SMED – já organizamos até o prédio da SMED. Fazendo um parêntese, era muito engraçado, os 13 andares separavam o resíduo, chegava lá embaixo, e o zelador pegava, botava tudo no mesmo saco, botava fora. Então, assim, a gente começou a fazer o dever de casa, criou uma nova rota de coleta seletiva no Centro, exatamente para atender órgãos públicos; temos feito convênios, até como forma de priorizar essas cooperativas e melhorar o quinhão deles. O TJ já é conveniado ao DMLU, agora a gente está fazendo convênio com o IPE, para fazer uma coleta seletiva dentro do IPE, para ter a destinação correta. O que é que acontece com os carros que tu vês na rua? A gente tenta... Primeiro, não tem como coibir. O resíduo está dentro da tua casa, tu podes dá-lo para quem tu quiser, ponto; desde que tu tenhas uma corresponsabilidade com isso, como por exemplo, se a Ver.^a Karen entregou para você porque achou que você

precisava do resíduo dela, e você foi lá na esquina, rasgou, tirou o que tem valor venal, mas colocou o restante ali, e tem os fiscais que vão lá *in loco*, identificam de onde vem aquele resíduo, você pode ser multado como coautora, por quê? Porque nós temos que dar a destinação correta aos resíduos. São amplamente divulgados os horários e os dias de coleta, inclusive na Rua Tamandaré. Agora, te digo o seguinte, e sou morador do bairro, como eu te disse, tu podes construir uma UTC do outro lado da rua, que o pessoal não vai atravessar a rua para colocar na UTC, não vai; é cultural, infelizmente, assim, estou jogando contra o meu próprio povo de Porto Alegre, mas, assim, é cultural, as pessoas não vão ir. Eu acho, a médio, longo prazo, para resolver habitação, preponderante pensar, junto com a habitação, o desenvolvimento econômico da região, uma Unidade de Triagem, uma área dentro de uma Unidade de Triagem, para isso somos parceiros, para quê? Para que essa gente até pare com a informalidade de ter que estar se arriscando, na chuva, na avenida, tudo; no DMLU existe o serviço de coleta seletiva, que atende 100 % dos bairros.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): O Sr. Nelson Marisco, da PGM, está com a palavra.

SR. NELSON MARISCO: Eu acho, assim, que o momento disso é agora nessa questão dos projetos, eu não sei em que fase estão os projetos de habitação, porque a previsão disso... Como foi feito lá no Maristas, é verdade, pensar, globalmente, não somente nas unidades habitacionais...

SR. MARCO SALINAS: Um exemplo errado foi a construção Princesa Isabel.

SR. NELSON MARISCO: Exato.

SR. MARCO SALINAS: Até acertar aquele Princesa Isabel foi um parto. E era realocação de moradores que eram catadores. Eu vejo, sou um cara otimista, até para estar à frente da educação ambiental, senão eu já tinha jogado a toalha,

mas a gente tem que organizar essas pessoas em cooperativas, para que elas possam viver dignamente, ter seu horário de trabalho. Quanto ao o poder público comercializar e centralizar tudo, te dou um exemplo de Brasília, onde foi construída agora uma central de reciclagem, trabalham quatro cooperativas, cada uma em torno de 6 horas – eles não estão conseguindo pagar a conta de luz. E todo resíduo está indo para um lugar só. Eles não conseguem pagar a conta de luz porque ficou muito pouco tempo de trabalho, com poucas pessoas das cooperativas atingidas por esse projeto. Então, eles já começaram a descentralizar as cooperativas. E até pelo custo, porque se tu tens uma cooperativa no Mário Quintana, o cara não vai sair da Restinga para ir trabalhar lá.

SR. RAFAEL VOGT: Mas aí, falando do pessoal que trabalha em uma cooperativa; no caso, aqui, espalhado em vilas diversas, o pessoal não quer. Muitos desses que moram nessas vilas não querem trabalhar numa cooperativa, querem ter sua vida individual e comercializar o seu resíduo que coletam no dia a dia de forma individual; quando eu comento no aspecto de o Município centralizar esses resíduos, no aspecto de depósito, deposição temporária e posterior comercialização para evitar atravessadores, que são os que se beneficiam, em grande parte, de toda essa atividade difícil dos catadores, eu não quero defender catadores, não é esse o meu papel, eu estou pensando como fiscalização mesmo, pelo problema que isso gera ao Município, mas também não só problemas – não vamos ver só problemas. Ainda bem que muitos deles separam esses resíduos que iriam parar dentro de um arroio ou iriam parar em lugares irregulares, porque o cidadão que mora nas ruas urbanizadas de Porto Alegre mistura nos contêineres o resíduo reciclável, por isso que tanto catador fica entrando no contêiner para tirar o resíduo bom ali de dentro. Então a questão de educação ambiental está aí. Agora, vamos lá: esse pessoal que circula pela cidade, pelos bairros catando esses resíduos dentro dos contêineres ou abrindo sacos, enfim, nas calçadas, eles levam isso para algum lugar, e eles não têm espaço adequado de armazenamento. Então eu vou dar um exemplo: nós temos

um galpão lá no Distrito Industrial da Restinga, um baita de um galpão, eu já fiz ação fiscal lá, foi cedido por uma empresa, foi parar resíduo hospitalar, uma série de coisas. Bom, eu não lembro de quem é aquele galpão; mas esse galpão seria o exemplo de um município ter uma balança, pesar esse resíduo e dar como se fosse um tíquete, sei lá, a gente podia usar um Eco Pila, qualquer sistema que gerasse um retorno imediato para aquele catador. Então, ao invés de ele armazenar na casa dele, ele chegaria “está aqui o meu resíduo, estão aqui as minhas latinhas, as minhas PETs, o meu o papel, o papelão”, enfim, o que ele separou. Ele pesa, ele vai ter um valor, o Município paga esse valor, em virtude de o Município ter um local de armazenamento maior... Isso sem pensar no atravessador, porque o atravessador não vai pagar dignamente o que deveria. Aí, a gente pode pegar outros vários particulares que têm por aí, que pagam uma mixaria para o catador, e o catador vive nessa vida difícil. Então o Município tem esse poder, além de ter um próprio municipal para poder armazenar mais tempo, de não querer lucrar sobre esse catador. Ele venderia para São Paulo uma carga de 30 metros cúbicos, uma carreta, um bitrem, um tritrem que conseguiria levar esse resíduo e pagar justo o que ele consegue da venda para os catadores. Isso, de certa forma, vai solucionar um baita de um problema para o Município, que não se resolve só em cooperativas. As cooperativas, por si só, elas são ótimas para os cooperados que trabalham nela, isso se chegar o resíduo com valor agregado bom para eles também, porque, se chegar só saquinho de Elma Chips, eles não vão ganhar dinheiro para pagar para todos eles. E aí, de repente, como Brasília, tu vais ver problemas desse tipo. É muito resíduo que chega que não tem valor agregado, ou por uma questão de mercado ou por uma questão mesmo de quantidade de resíduo que chega.

SR. MARCO SALINAS: Tu sabes que os nossos convênios não são pelo valor agregado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): O Ver. Marcelo Sgarbossa pediu para fazer uma intervenção porque ele tem que se retirar; depois, a gente segue

buscando um caminho para a gente tentar resolver pontualmente. E, no processo, a gente vai pensando também as nossas experiências, as nossas frustrações em cima delas; mas eu quero sair daqui com algum encaminhamento para esse lixo, além de o DMLU ir lá limpar, que isso eu sei que vocês vão fazer. Por gentileza, Marcelo.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Bom dia a todos. Eu sei que é chato chegar atrasado e ainda sair antes, e ainda falar do prefeito. Por quê? Porque tudo o que nós estamos falando aqui já teve quem pensou nisso, e fez, inclusive, uma lei. Eu vou falar aqui, fazer uma crítica ao Sebastião Melo enquanto vereador, mas depois, enquanto prefeito, também seguiu nessa política. O Pablo está chegando, que pena que ele vai chegar às 11h, seria bom ele estar aqui, mas ele pode falar mal de mim quando eu sair também, não tem problema nenhum. É o seguinte: se criou uma lei chamada Todos Somos Porto Alegre, e essa lei previa que, primeiro, seriam encontrados os catadores; depois, seriam oferecidos cursos profissionalizantes; seriam retirados a carroça e o carrinho; depois, viria a proibição de circulação na cidade. Não conseguiram, depois de oito anos – um projeto com financiamento, gente. Faltando dois anos para encerrar os oito anos, contrataram uma fundação para fazer a busca ativa; e mesmo assim essa fundação relatou – era o Busato ainda – que não tinha como achar esse pessoal. Eles não têm endereço fixo, são pessoas com vulnerabilidade social, alguns não querem se identificar. Ou seja, foi a grande política, uma lei aprovada, do então vereador Sebastião Melo – depois, como prefeito, implementou –, para resolver o problema da reciclagem em Porto Alegre. Uma lei totalmente feita de cima pra baixo. Então eu digo para quem é servidor aqui, tanto para o Rafael como para o Caetano, para o Dr. Marisco também, a Valesca, a Mariene, todo mundo, se vierem essas ideias de cima pra baixo, vocês, como quadro estável do Estado, servidores de Estado, digam pelo menos assim: “Vamos escutar os catadores, vamos criar juntos”. Em qualquer política, as pessoas com deficiência dizem assim: “Nada sobre nós sem nós”. Então foi o que Sebastião Melo fez como prefeito. Eu estava no dia da votação,

ele queria fazer um agrado para os defensores de animais. Eu concordo, a gente vê aquele cavalo sendo chicoteado sem sentido, concordo, eu até falo para o pessoal que ainda tem carroça: Vocês não conseguem controlar essa ânsia, aí a cidade toda vê vocês com maus olhos, e aí chega... Mas aí o sujeito entregou a carroça, entregou o cavalo, agora tem a Kombi, agora o problema é a Kombi. Então é uma criminalização da pobreza. No início da gestão do Melo começou uma onda de multas nesse pessoal que tem as Kombis, aí teve vários protestos ali na frente da Prefeitura, aí o Cássio pegou em mãos o projeto e agora tem lá nas ilhas um... Enfim, a conversa é longa, a conversa é grande, então o único pedido que eu faço, já que temos servidores aqui, é que não deixem nós, políticos, virmos com essas ideias de cima pra baixo, porque hoje as modernas técnicas de políticas públicas partem sempre de um despir-se do que eu chamaria assim de uma espécie de arrogância tecnocrata: Nós que estudamos achamos que sabemos o que é bom pros outros. Eu pergunto para os carrinheiros: Mas o senhor não acha muito pesado, seu João, esse carrinho? “Não, eu faço aí há 20 anos, eu gosto”. Claro que nós podemos dar uma bicicleta elétrica pra ele, mas ele que tem que dizer que quer a bicicleta elétrica, como em Canoas, que deram algumas bicicletas. Então é bem complexo, Karen. Eu acompanho esse tema, fui eu o autor da lei que prorrogou três vezes a proibição, os carrinheiros sempre estiveram com a faca no pescoço. A gente conseguiu prorrogar porque nunca tinha maioria, e agora essa lei de novo vem em dezembro, então de novo, já vou me mexer para conseguir prorrogar. Nós tínhamos que cancelar essa lei que proíbe os caras de puxarem carrinho sem dar uma alternativa. Então é muita coisa, por isso esse é um desabafo, porque acho que o principal erro nosso aqui de seres incluídos é achar que nós temos a solução pra eles sem ouvi-los. Isso é o pior, só dá problema, como foi o caso do “Todos Somos Porto Alegre”. Eu preciso sair, gente, preciso pegar meu filho numa escolinha, deu um probleminha ali e a mãe não consegue buscar, vou eu. Então peço desculpas. Mas fiquem à vontade pra me criticar mesmo na minha ausência. Obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): A gente tem uma questão, tem um projeto de construção de moradia que não vai contemplar a ideia que está sendo trazida aqui, *a priori*, como foi feito nos Irmãos Maristas. Ali não são muitas famílias, eu não sei quantas famílias foram alocadas lá nos Irmãos Maristas, mas aqui são em torno de quatro famílias de recicladores acompanhadas pelo CRAS da região, então tem questões ali do uso de drogas; isso daqui não foi trazido pelos carrinheiros, então tem já uma relação do bairro de depositar, levar as coisas ali, então é pra além das cinco pessoas que reciclam, na primeira abordagem do DMLU, na limpeza da área, tinha esse essa espécie de... Seria uma espécie de galpões de triagem que eles tinham dentro dos terrenos ali, e o próprio DMLU com as retroescavadeiras limpou toda a área, só que é isso, é um trabalho que se faz enquanto não iniciar a obra, enquanto não der *start* da presença do poder público aqui, a área vai ficar enquanto uma área de acúmulo de lixo. Vou solicitar para o DMLU fazer novamente uma limpeza ali da Rua Nossa Senhora na esperança de que em janeiro ou fevereiro a gente vai iniciar a contratação das obras, mas igual, assim, teria que pensar dentro deste processo, mas aí eu vou colocar para vocês que as famílias ali da ponta, os recicladores, não estão cadastrados no DEMHAB para serem alocadas nessas moradias, e a moradora que faz a reciclagem ali, a Dona Lisiane já falou: “Eu não vou para apartamento, eu vivo do lixo e eu preciso...” A gente estava, na época, conversando com o diretor do DMLU e pensando numa contratação daquele pessoal ali na cooperativa da Cootravipa para eles poderem trabalhar na Cootravipa e sair dessa situação, porque hoje tem um ferro velho que é bem isso, eles terceirizam o trabalho para essas cinco ou seis famílias que moram ali na ponta. E eles vendem ali na Rua Coronel Massot para esse ferro velho que tem ali, então tem toda uma relação ali da região de superexploração dessas famílias que estão ali numa situação extremamente insalubre, numa situação péssima. Agora com as chuvas está horrível, é criança brincando com os cachorros no meio de ratos que são do tamanho de um gato. Então a situação está muito horrível. O que que a gente pode contribuir desta conversa. A informação é importante, mas é isso, vai ficar para janeiro de 2024 o início da

obra. Objetivamente, Marcos, me ajuda, o que que a gente pode fazer? UDC já colocou que a gente não tem, até dentro dos prazos, o projeto não teria como se instalar.

SR. MARCO SALINAS: Vereadora, nós temos que ver até o caráter legal ali. Temos que ver o caráter legal porque, apesar de ser um próprio público, quem é o responsável pelo próprio público tem orçamento para fazer a limpeza dele. O DMLU tem os seus contratos de rua, de varrição de calçada, de limpeza; isso é uma coisa que eu não posso entrar. Se o terreno é disponível para o DEMHAB, isso foi uma determinação do próprio prefeito, o DEMHAB tem que tratar da manutenção e para isso existe registro de preço para que ele possa aderir para fazer a limpeza do terreno. Qualquer coisa que eu estiver fazendo dentro do terreno se não for em comum acordo, ou... (Falha técnica no som.)

SR. DOUGLAS SCHMATZ MALLMANN: O terreno agora está cedido para o DMLU, a concessão de uso está vigente. Então caso não for utilizar o espaço, encaminhar a revogação do termo de cessão de uso.

SR. MARCO SALINAS: Eu falo só por que eu tenho que ter cuidado, a gente já foi proibido, radicalmente, de entrar em manutenção de escola, porque, às vezes um diretor esquece de fazer a manutenção da escola, tem um problema e tem que o DMLU entrar para limpar, e com isso eu posso estar infringindo um contrato.

SR. NELSON MARISCO: Diante de tudo que foi falado, resumidamente, objetivamente, por exemplo, o cercamento da área não seria uma solução, que a sua preocupação, eu acredito, é com as famílias que estão envolvidas nessa situação. Correto?

(Problemas técnicos no som.)

SR. NELSON MARISCO: Talvez uma forma simples seja a questão do fechamento da área. Mas um acesso pra onde?

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. NELSON MARISCO: Mas não está sendo utilizado como rua, dá pra ver que não está sendo utilizado como rua, pode ter assim: uma previsão de que, futuramente seja construída uma diretriz aí e uma via, mas atualmente não é. Ela foi objeto de desapropriação como o colega que falou aqui. Então eu estou pensando numa forma imediata de tentar resolver o problema do lixo, aí fica a questão das famílias, a questão da UDC, pelo que a gente está vendo, talvez de imediato não se tenha essa solução. A gente precisa de uma resposta do poder público imediata. Não sei, estou pensando; ainda fica essa questão das famílias, de que forma se pode incluí-las em alguma espécie de programa ou auxílio, contratação pela Cootravipa, acho uma excelente ideia.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Bom dia a todos, eu gostei muito de ouvir o nosso amigo aqui do DMLU. O ideal seria que a gente conseguisse fazer algo como foi feito lá nos Maristas; se desse tempo e conseguíssemos colocar dentro do projeto de realocação dessas famílias a construção, pelo menos, de uma Unidade de Triagem, seria o ideal, tem que ver se isso é viável. Imediatamente a limpeza da área e o cercamento, me parece o imediato a ser feito, para que isso aí não retorne daqui a um mês. Porque, afinal de contas, se são só quatro ou cinco famílias, como a Ver.^a Karen explicou aqui, quatro ou cinco famílias não fazem isso aqui em um mês, é impossível. E quatro ou cinco famílias é muito mais fácil atendê-las, via fundação de assistência social, talvez, até que a questão seja solucionada, do que tu crie todo um programa de reciclagem, se são só quatro ou cinco famílias aqui e dar tempo de incluir no

projeto; só que a gente tem que verificar. Dá tempo de colocar dentro do projeto de realocação uma Unidade de Triagem, onde aí o DMLU só seria responsável pela retirada dos resíduos? Ou não teria como. Mais fácil ainda, já que são tão poucas famílias, colocá-las juntas no programa que o DMLU já tem com os recicladores. Eu acho que a limpeza da área é imprescindível, nesse momento, e esse imbróglio entre de quem é a responsabilidade tem que ser resolvido aqui. É do Município, tem que limpar. Agora, para evitar isso, preventivamente, poderia se colocar uma placa dizendo que é proibido para quem vem de carro largar seu resíduo ali, colocar uma câmera, não sei, mas de alguma forma restringir quem vem de carro e joga seu detrito ali, não quer lixo perto da sua casa e joga ali, isso é um absurdo. Eu sou favorável a que a gente tenha multas altas para pessoas que fazem isso no Município, não estou falando dos recicladores, estou falando de pessoas esclarecidas que pegam os seus carros e jogam lixo no terreno baldio ou no terreno perto da casa do outro. Em qualquer outro lugar do mundo tem multas altíssimas para esse tipo de coisa, aqui eu acho que isso não existe. Existe multa para quem faça isso, quem é pego no flagrante? Esta é a sugestão que eu deixo, infelizmente eu não vou poder ficar até o final desta reunião, mas eu faço questão depois de pegar os encaminhamentos finais e coloco meu gabinete à disposição para o que for necessário. Me arrependo muito de não ter te destinado uma emenda para te ajudar no projeto de educação nas escolas, a gente conversa para o ano que vem melhor.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): A Ver.^a Fernanda Barth deu uma ideia interessante, o terreno já está cercado, a limpeza é feita pelo DMLU, o DMLU vai e limpa e ela fica transitável, só que daí dá um tempo e acumula de novo. Então é um trabalho, como eu coloquei anteriormente, como uma patrula numa rua que não tem asfaltamento, vai ter que ter uma manutenção periódica. As famílias ali são acompanhadas pela Casa Nazaré, já conversei com o CRAS, já conversei com a FASC, elas não estão cadastradas no DEMHAB para receber, elas não vão ser contempladas dentro desse projeto de moradia. Esse é um problema que vai ser resolvido em 2024, porque elas não estão cadastradas para serem

contempladas. Então o que vai ser feito dessas famílias não sabemos, objetivamente falando hoje nós temos um foco de lixo ali gigantesco que a gente vai solicitar para o DMLU limpar. Mas isso que ele colocou é bem o início da nossa conversa lá atrás, se é um terreno do DEMHAB ou da SMAP cedida, vamos encerrar este Termo de Cessão de Uso porque a gente não conseguiu dar andamento à nossa ideia da instalação da UDC ali. É de responsabilidade do DEMHAB a limpeza da área, como o Marco bem colocou, tem verba própria para fazer a limpeza; então que faça a limpeza da área. Dentro da área, é responsabilidade de quem é dono do terreno, da Secretaria responsável pelo terreno. Na área pública, na rua Nossa Senhora, é o DMLU. São recicladores, mas como eu coloquei para vocês, têm caminhões que chegam ali de madrugada e despejam o lixo ali. Eu sou moradora do prédio do lado, meu prédio se chama reserva, tem toda uma ideia, um conceito de ser um prédio para reciclagem de resíduos e os meus próprios vizinhos não reciclam o seu lixo. A gente tem lá direitinho, falta educação ambiental, inclusive no prédio, é uma classe média meio decadente que também não tem muita disposição nem de dialogar com a comunidade. A gente já pediu para colocar a câmera um pouquinho mais para o lado para a gente conseguir ter as placas dos veículos e se negaram a fazer esse movimento, também pelo medo do tráfico que tem crime organizado ali na Resbalo. São várias questões que eu acho que em 2024, DEMHAB, vai ser bem importante a gente de novo chamar esta reunião aqui de comissão, eu pretendo continuar na CUTHAB, para a gente atualizar. Eu vou chamar FASC junto, vou chamar a Casa de Nazaré que está acompanhando essas famílias para gente minimamente ver o que, objetivamente, vai ser produzido nesse sentido, uma contratação pela Cootravipa. Não são muitas famílias, como eu coloquei, são quatro, cinco famílias que moram bem na entrada da Nossa Senhora, o que a gente pode encaminhar para elas nesse sentido, visto que não vai contemplar dentro do projeto e vocês colocaram que não tem hoje como fazer nenhum tipo de alteração.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Isso, a gente está há 10 anos com essa obra parada, gente, não tem como mais. Marco, a gente pode encaminhar a limpeza dessa área? Enfim, o que a gente consegue fazer hoje. Tu tinhas pedido uma inscrição e o que eu estava pensando aqui de encaminhamento é que, em fevereiro, quando a gente retornar em 2024, a gente convocar a Casa de Nazaré, a FASC que é o responsável pelo acompanhamento das famílias e vocês nos darem uma resposta em relação à contratação ou não. Porque se for para postergar mais um ano o início dessas obras, talvez, Marco, seja interessante a gente retomar a ideia da unidade de triagem ali.

SR. MARCO SALINAS: É uma forma de a gente organizar este sistema. O DMLU hoje, de certa forma, paga as unidades de triagem não para que elas retirem o resíduo, mas para que elas triem esse resíduo da melhor maneira possível, independente do valor dele. O informal, sim, o informal vende o que tem preço de ocasião; hoje o papelão está pagando, ele pega a *pet* e joga fora; amanhã é a *pet* que paga mais, ele pega o papelão e joga fora. Quando é para dentro de uma unidade de triagem, é criado todo resíduo, aí não é uma consideração só com o valor econômico, mas também de sustentabilidade, de meio ambiente e até, de certa forma, é bom para o Município porque é menos coisa que vai para o aterro sanitário que nos custa quase R\$ 10 milhões por mês para mandar para o aterro sanitário de Minas do Leão. É dinheiro, é muito dinheiro. Mas também toda coisa que o poder público bota a mão que acaba sendo paternalista não fica bom para nenhum dos dois lados. As experiências nos mostram que...Vamos ser meio bíblicos, tu não tens que dar o peixe, mas tens que ensinar a pescar. Tu podes organizar uma cooperativa de triagem, tu podes ensinar, botar técnicos em segurança do trabalho para auxiliá-los, tu podes dar curso de gestão, mas uma hora eles têm que caminhar com as próprias pernas, senão nós vamos estar a vida toda sendo paternalista, pagando, pagando e pagando por um serviço que acaba sendo ineficiente. E em contrapartida existem várias empresas em Porto Alegre de reciclagem legalizadas, com alvará da SMAMUS e que não têm R\$ 1,00 de investimento do

poder público e que dão lucro, que contratam 30, 40 funcionários e que pagam diesel do seu próprio caminhão. Tem mercado para isso e tem potencial para tudo isso. O que está faltando para as nossas chegarem nesse nível? Nós temos unidades de triagem como a da Vila Pinto que paga R\$ 2 mil para um cooperado por mês, que fez uma série de acordos e melhorou a vida até da região. E nós temos outras unidades de triagem que pagam R\$ 100,00 por semana. Existe uma balança e um caráter. Hoje a triagem é muito mais social do que comercial.

SR. RAFAEL VOGT: Os próprios cooperados me relataram situação assim. Então de repente tu tens essa situação que vai acabar atingindo diretamente os catadores na renda mensal deles e de repente outros que não têm esses atravessadores no meio do caminho conseguem um valor maior agregado. E, claro, com certeza, se o privado consegue fazer dinheiro com os resíduos, isso também tem que acontecer do outro lado.

SR. MARCO SALINAS: Mas para todos é ofertado curso de gestão empresarial, toda capacitação para que eles possam se desenvolver, mas a maioria não quer.

SR. RAFAEL VOGT: Tu tocaste num ponto sobre o aterro sanitário, mas aí a gente já vem um ponto antes que é a questão de pegar todo resíduo lá da Zona Norte e levar lá para a Zona Leste, lá na Lomba do Pinheiro, daí depois ele vai com as carretas de novo por todo caminho ali até Minas do Leão. O valor desse aterro... Será que já não está na hora da gente pensar numa usina, uma grande usina para Porto Alegre pra lidar com essa situação e não pensar mais em aterro sanitário? E também não é uma usina de queima de resíduos. Constantemente eu escuto que queimar é a melhor forma e não é, no aspecto de aproveitamento de matéria-prima, porque a gente não precisa pensar em resíduo como lixo. Acho que a gente precisa pensar nele como matéria-prima, porque é um material que eu não vou precisar extrair da natureza e aí está a questão, o cenário, o pano de fundo ambiental, no meu ponto de vista, que é a gente realmente pensar nesse resíduo como uma matéria-prima e fazer ela voltar da melhor forma possível para

a cadeia industrial. E daí todos os outros produtos, como as roupas que todos estão usando aqui, o poliéster.

SR. MARCO SALINAS: Mas esse é o plano de logística reversa que está sendo discutido aqui na Câmara. Isso vai ampliar uma gama muito grande de reciclagem, porque vai colocar a indústria numa posição que tem que reciclar, que tem que retirar do mercado isso, vai aumentar a mão de obra na triagem e, conseqüentemente, o valor venal por uma obrigação legal que eles vão ter que cumprir. Então assim, coisas já existem, mas a logística reversa existe a nacional, Rio Grande do Sul...

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Vou tentar organizar porque vai dar trabalho para as notas taquigráficas depois. Eu estou fiscal e o pessoal do DMLU está precisando conversar mais, tem que aproximar mais as duas Secretarias do pessoal da fiscalização. Várias ideias boas, a médio prazo, para serem construídas. O que eu estou pegando aqui de encaminhamento? Aí a gente vê se dá para encaminhar assim. Suspensão do termo de cessão de uso para o DMLU para responsabilidade da limpeza interna da área passar para o DEMHAB. E aí a gente coloca lá para o secretário André Machado os recursos oriundos da pasta para a manutenção dos seus terrenos, porque isso tem um projeto de construção de moradia, e aquilo ali tem que estar minimamente dentro do terreno limpo. Por fora, DMLU, por gentileza, de 15 em 15 dias, se vocês pudessem fazer esse operativo para evitar que isso se acumule. Essas imagens aqui são de uma semana, ou seja, há sete dias já está com esse acúmulo nesse nível. Não chegava sempre a essa situação; agora chegou, porque eu acredito que a demanda na cidade deve estar altíssima em relação ao ciclone *etc.* e tal, mas é isso. Como é que a gente tem um uma manutenção ali mínima de 15 em 15 dias; DEMHAB, 2024, fevereiro, estamos chamando vocês aí para, se vocês puderem trazer o responsável da assistência social que fez o cadastro dessas famílias, porque a gente vai ter que ver qual é que vai ser o encaminhamento. Eu vou chamar o CRAS ali da Casa de Nazaré, que acompanha a família dos

recicladores, pra aí a gente pensar essa questão social dessas famílias. Vamos ver se são cinco mesmo, vamos ver o que que está cadastrado lá no departamento, pra gente ver aí se uma contratação pelo... Eu acho que seria bem interessante a contratação...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Isso, isso... E aí a ideia é justamente ali da instalação das moradias, até um asfaltamento na rua, ter iluminação pública. Eu acho que uma das entradas vai ser aqui pela rua Nossa Senhora de Aparecida. Então vai trazer vida pra região, vai alocar os vizinhos, e acho que a gente tem que tentar pensar em contemplar economicamente essas famílias que trabalham hoje em cima da reciclagem assim. Então são esses os encaminhamentos que eu pensei. Não acho que colocar placa ali: “Não coloque lixo”, acho que isso daí é uma coisa fictícia né, Marco – não ponha lixo aqui –. Então acho que objetivamente é fazer a limpeza da área, em 2024, fevereiro, a gente estar se reencontrando aqui nessa comissão para pensar, e se vai acontecer mesmo a contratação destas obras, se não a gente vai ter que pensar emergencialmente numa unidade de triagem. Se vocês nos colocarem, o DEMHAB, que vai demorar mais um ano pra iniciar a acomodação das famílias, para iniciar o processo de contratação, aí a gente tem que pensar, porque já vai fazer quatro anos né, desde que eu entrei vereadora que eu estou acompanhando isso daqui, e há quatro anos que tem essa ideia, essa vontade, estavam atrás de um financiamento, mas a realidade é essa assim, sabe, pouca coisa mudou ali pra quem mora na região; está mudando pra pior né. Então pensei nesses encaminhamentos. Podemos trabalhar assim?

SR. MARCO SALINAS: Manipular ali, a rotina dele pra entrar lá e limpar, você conhece o Edmilson Ossanes, se vai haver espaço na programação dele pra entrar ali. Mas a senhora mesmo disse, a limpeza ali é periódica.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Sim, sim, é periódica; só que tem alguns momentos que vem um caminhão e despeja toneladas de lixo, isso daqui não foi carrinheiro, gente, não foi carrinheiro que trouxe tudo isso.

SR. MARCO SALINAS: Vereadora, só contribuir de alguma forma; a gente não teria que incluir na conversa aqueles no final da Tamandaré? Lá onde é a Casa de Nazaré? Porque a gente está falando só das famílias dentro do terreno né, mas tu tens uma série de informais lá no final da rua, uma quadra adiante ali.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO SALINAS: Sim, porque lá é que começa, eles vêm por trás. Eu acho que a gente tinha que incluir aquele pessoal na conversa.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Na verdade, eu vou convidar a Casa de Nazaré que acompanha e minimamente tentar, nem que a gente vá com a comissão lá, porque que eu acho mais fácil do que a gente tentar convocar eles para uma reunião aqui na Câmara. A gente faz uma visita, a gente já tinha feito isso em 2020, todas as secretarias foram lá conversar, só que é isso, eu conversei só com o pessoal que mora nessa região, e lá na entrada mesmo da Resbalo tem bastante gente catadora, e eu acho que seria legal a gente ir lá presencialmente conversar com eles, mas aí tendo algo mais concreto né, DEMHAB. As gurias só me olham.

SR. DOUGLAS SCHMATZ MALLMANN: O DEMHAB não pode fazer dispêndio de valores em cima de uma área que não é de propriedade deles, tem toda uma questão legal envolvida...

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Então é a SMAP que vai fazer a manutenção?

SR. DOUGLAS SCHMATZ MALLMANN: Provavelmente, sim, né.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): É sobre isso; alguém tem que fazer a manutenção.

SR. DOUGLAS SCHMATZ MALLMANN: Sim, sim; é como o procurador Marisco falou, é um imóvel do Município né.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Exato. Mais para ficar registrado então nas notas taquigráficas a responsabilidade da manutenção, desde o cercamento que não estás né, foi violado o cercamento que foi colocado ali, é uma área que pode vir a ser reocupada, isso é uma preocupação do Município. Então o cercamento tem que ser feito uma manutenção, tem que ser feita a limpeza, tem uma série de manutenções assim que não estão sendo feitas; terminando essa cessão de uso acho que a SMAP, enfim, organizar ali a preservação desse terreno. Podemos deixar encaminhado assim a nossa conversa? Muito conversado, pouco encaminhado, mas eu acho que é o que dá pra gente fazer nesse momento. Quero agradecer a todos os presentes. Até a próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h26min.)